

“NADA TEM DE NOVO O NOVO ENSINO MÉDIO”: o ensino de sociologia na reforma do ensino médio na rede estadual da Bahia.

Franciele Brito Barbosa¹
Elis Cristina Fiamengue²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir os rumos da disciplina de sociologia a partir da implantação da reforma curricular do ensino médio no estado da Bahia, iniciada em 2019. Esta reforma foi implementada por meio de uma Medida Provisória aprovada em um contexto de profunda crise institucional, política e social, reflexo de um estado neoliberal e conservador no Brasil. A partir destas normativas, o currículo do ensino médio se caracteriza pela base comum curricular e pelos itinerários formativos, retirando a obrigatoriedade da sociologia do currículo. Para atingir este objetivo foram analisadas as normativas e as diretrizes, como as diferentes versões do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). Para uma melhor análise da discussão, este trabalho foi organizado em três seções: (1) “O percurso da reforma”, faz uma análise das principais diretrizes que regulamentam a implantação da reforma do ensino médio na educação pública na Bahia, procurando discutir qual é o lugar da sociologia no ensino médio diante das reformas que estão sendo implementadas; (2) “Empreendedorismo e currículo”, acrescentamos à discussão do capítulo anterior uma análise do interesse privado na rede de ensino público, principalmente no ensino médio, por meio do discurso de profissionalização precoce das(os) estudantes com base nos textos de Frigotto (2022), Monteiro (2021) e Nosella (2015) e (3) “Ideologia e Currículo” reflete sobre o entendimento do currículo como um espaço de disputa e de poder, e como esse currículo se apresenta a partir da implantação da reforma do ensino médio nas escolas da rede estadual, tendo como base os textos de Eagleaton (1997), Silva (2005) e Whitaker (2003). De modo geral, pode-se afirmar que a sociologia perdeu espaço na formação geral básica. Uma forma de resistência seria pensar em disciplinas como Projeto de Vida como espaços que podem ser ocupados pelas(os) docentes.

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Ensino Médio, Currículo.

INTRODUÇÃO

Em síntese, nada tem de “novo” o “novo ensino médio”. Pelo contrário, ele engendra, para a maioria dos jovens que frequentam o ensino público nos estados da federação, a negação do ensino médio de qualidade, condição para a leitura autônoma da realidade social, política e cultural e o preparo para o processo produtivo sob a atual base técnica. (Gaudêncio Frigotto, 2022).

Este trabalho discutir os rumos da disciplina de sociologia a partir da implantação da reforma curricular do ensino médio no estado da Bahia, iniciada em 2019. A reforma do

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC - BA, franbr.barbosa@gmail.com;

² Docente do Departamento de Educação/ DCIE da Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC - BA, eliscf@gmail.com.



ensino médio foi implementada no Brasil, após o golpe de 2016, por meio da Medida Provisória, a MP 746/2016, que no ano seguinte se tornou a lei nº 13.415/2017. Aprovada em um contexto de profunda crise institucional, política e social, reflexo de um estado neoliberal e conservador no país. (FRIGOTTO, 2016).

Ao traçar uma análise histórica da educação no Brasil, até chegar na reforma do ensino médio, é possível perceber que separar o currículo por áreas de conhecimento, competências e habilidades, é um projeto que vem desde a década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso. (SANTOS, 2021, p. 44-5).

Essa profunda crise se materializa, entre outras formas, nas políticas curriculares da educação básica, em que alguns grupos políticos tensionam o Legislativo e o Executivo federais a fim de validar a criação de um currículo único, visando principalmente o processo de avaliação das escolas, e utilizando-se de ferramentas como a elaboração da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC). Essas tensões vão se expressar e influenciar no próprio processo de elaboração do documento, visando uma aplicação e alinhamento da lógica com competências e habilidades. (SANTOS, 2021; SILVA, 2022).

Diante destas normativas, o currículo do ensino médio se apresenta como: base comum divididos por áreas dos conhecimentos e os itinerários formativos. As únicas disciplinas que permanecem obrigatórias são português e matemática. Retirando a obrigatoriedade de sociologia e filosofia dos currículos, presentes desde 2008, por meio de muita luta para mantê-las no ensino médio. Poderíamos dividir essa trajetória em dois momentos: o primeiro é a luta pela implantação obrigatória e o segundo é a luta pela qualificação e manutenção do ensino, que engloba o momento atual. (FERREIRA, SANTANA, 2018).

Na parte dos itinerários formativos, o currículo encontra muitas contradições, que já estão presentes na própria BNCC do fundamental e do ensino médio. Uma destas contradições é a falta de diálogo entre ambas, ignorando a ideia de que a educação básica deve ser uma coisa comum que deve dialogar e que deve apresentar uma certa evolução entre os níveis nos quais se divide a educação. (SANTOS, 2021).

Diante desta realidade, em que o caráter da sociologia frente a esse contexto se apresenta como “saberes e práticas”, é possível perguntar: qual é o lugar da sociologia no ensino médio diante das reformas que estão sendo implementadas? Este cenário de preocupação surge ao menos por três aspectos: (1) o reconhecimento da importância da formação da potencialidade da juventude; (2) os possíveis impactos na licenciatura e (3) o possível impacto na vida das docentes. (SANTOS, 2021).

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo, foram analisadas as normativas e as diretrizes, como as diferentes versões do Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB). Para uma melhor análise da discussão, este trabalho foi organizado em três seções: A primeira parte que discute “O percurso da reforma”, faz uma análise das principais diretrizes que regulamentam a implantação da reforma do ensino médio na educação pública na Bahia, procurando discutir qual é o lugar da sociologia no ensino médio diante das reformas que estão sendo implementadas.

Em seguida, a discussão sobre “Empreendedorismo e currículo”, acrescentamos à discussão da seção anterior uma análise do interesse privado na rede de ensino público, principalmente no ensino médio, por meio do discurso de profissionalização precoce das(os) estudantes com base nos textos de Frigotto (2022), Monteiro (2021) e Nosella (2015).

Por fim, a seção “Ideologia e Currículo” reflete sobre o entendimento do currículo como um espaço de disputa e de poder, e como esse currículo se apresenta a partir da implantação da reforma do ensino médio nas escolas da rede estadual, tendo como base os textos de Eagleton (1997), Silva (2005) e Whitaker (2003).

REFERÊNCIAL TEÓRICO

A lei transfere esta decisão de como será implantada a reforma do ensino médio para os estados. Portanto, delinear a reforma curricular na Bahia, envolve um desdobramento de um currículo nacional, presente em todas as unidades da federação, mas que se reproduz, em alguma medida e com algumas peculiaridades, na Bahia. A reforma curricular na Bahia começa em fevereiro de 2020, e segue aprovada em agosto do mesmo ano e é apresentada com a proposta de ser implantada nos primeiros anos do ensino médio. (BAHIA, 2020, p. 10-1).

Então, apresentando esta configuração, é necessário pensar quais são os efeitos da implementação da base comum no estado da Bahia sobre a disciplina de sociologia. Primeiramente, a quantidade de aulas foi reduzida de cinco para três horas/aulas semanais, sendo uma aula para cada série.

Em segundo lugar, quanto a parte diversificada do currículo, temos as disciplinas obrigatórias como Projeto de Vida, Iniciação Científica, Produção de Texto e Para Além dos



Números (apenas para o 2º ano) e também duas disciplinas eletivas, que devem ser criadas pelas professoras no início de cada ano letivo em que as estudantes poderão escolher quais delas deverão cursar. (BAHIA, 2020, p. 11-2).

Neste momento já é possível afirmar que a sociologia não sai dos currículos, mas ela se apresenta diluída em toda a BNCC e nos itinerários formativos, ou seja, no quesito normativo, ela pode ser contemplada de outras formas, por meio de espaços a serem ocupados dentro do currículo.

Dito isto, é necessário entender como estão sendo delineados os itinerários formativos do currículo na Bahia, visto que existe uma abertura para que cada escola possa decidir como vai aplicar essas disciplinas, para que então as professoras da área de sociologia possam abrir brechas para se trabalhar a temática da sociologia nos itinerários formativos. Cabe ressaltar nesse sentido a defesa do caráter disciplinar na qual as disciplinas devem ser aprovadas no currículo.

No que tange às disciplinas, nesse sentido apresentado, entende-se que separar os conteúdos a serem trabalhados por áreas do conhecimento não será de grande ajuda. A defesa de um currículo separado por disciplinas não é mesmo a ideia de ter um currículo fragmentado, pelo contrário. A ideia é que a partir de um conhecimento especializado que, junto com outro, forma o que entendemos por interdisciplinaridade, valorizando as disciplinas.

Entendendo o contexto da defesa da disciplina no currículo, é por ela que a sociologia vai ganhar visibilidade juntamente às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. De certo, nesse contexto de BNCC e Reforma do Ensino Médio, nenhuma disciplina está garantida, mas a sociologia fica em alerta por conta de seu histórico de intermitência até chegar nos dias atuais.

Isto posto, tentar linhas de fuga para que docentes de sociologia possam ocupar os espaços de imediatismo, olhar de dentro e tentar transformar um currículo que valorize de fato a estudante, a sociologia e a docente. A dedicação exclusiva à docência, se reunir com os pares para pensar em estratégias didáticas para mobilizar o ensino das quatro áreas. Não é possível pensar a interdisciplinaridade sem pensar na diversidade dentro e fora da escola. Existe um longo caminho a ser percorrido para que aquilo que está escrito no currículo possa se transformar em prática dentro da sala de aula.

Em suma, entender e analisar criticamente os processos sociais e como eles influenciam as pessoas e as relações sociais é uma atividade básica do pensamento sociológico. Estudar e exhibir estes processos é uma das grandes responsabilidades da sociologia na educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando estas informações, nós precisamos ter clareza da importância da sociologia e precisamos ocupar os espaços de produção destes currículos, entendendo o currículo como um campo de debate, sabendo que quanto mais organizadas estivermos maior será a nossa capacidade de minimizar os impactos negativos da BNCC, tanto sobre o mercado de trabalho quanto sobre as condições docentes e a qualidade do ensino, assim como pensar em outros campos que a sociologia tem condições de ocupar, com qualidade, com competência.

Uma outra alternativa é pensar em disciplinas como Projeto de Vida como espaços que podem ser ocupados pela ciência. Devido à falta de definição das ementas destas disciplinas, elas se apresentam inicialmente como uma porta de entrada para o ensino de conteúdos que não são baseados na Filosofia e nas ciências. Porém, caso estas disciplinas sejam ocupadas por profissionais da Filosofia e da Sociologia, podemos nos utilizar disso para aumentar o alcance das humanidades dentro das escolas. Este é um exemplo de espaço, uma brecha que podemos ocupar dentro da BNCC e dentro dos itinerários formativos.

Pode-se afirmar que houve uma perda de espaço da sociologia na formação geral básica. Nos itinerários formativos há uma preocupação em definir previamente algumas disciplinas, mas isso vai depender da disponibilidade da quantidade de professores de determinadas escolas e disponibilidade de tempo da(o) professora.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **DCRB**: Documento Curricular Referencial da Bahia. Ensino Médio, 2020.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- EAGLETON, T. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FERREIRA, W.; SANTANA, D. C. A reforma do ensino médio e o ensino de Sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, n. 21, p.41-53, jan./jun.2018.
- FRIGOTTO, G. Reforma de ensino médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para ricos e outra para pobres. Rio de Janeiro: **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd**, 22 set. 2016.
- FRIGOTTO, G. Reforma do ensino médio representa uma regressão e uma traição aos jovens e ao país. Entrevistador: **Instituto Humitas Unisinos**. 11 mar. de 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/616742-reforma-do-ensino-medio-representa-uma-regressao-e-umatraicao-aos-jovens-e-ao-pais-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>>. Acesso em: 8 ago. 2022.
- MONTEIRO, S. C. e. Estratégias da privatização da educação básica na rede estadual da Bahia (2005-2018). In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, T. **Currículo, Gestão e Oferta da Educação Básica Brasileira: Incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões nordeste e sudeste (2005-2018)**, 2021.
- PAOLO, N. Ensino médio: unitário ou multifome? **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, jan. /mar. 2015.
- SANTOS, S. C. M. dos. **A dualidade na educação brasileira a partir da contrarreforma do ensino médio de 2016/2017**. 2021. 147 f. Recife. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife. 2021.
- SILVA, K. N. P. Novo ensino médio no contexto das contrarreformas. **Revista Lex Cult**: Rio de Janeiro, v. 6. n. 1, p. 131-41, jan.abr. 2022.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Ideologia X Cultura**: Como harmonizar esses conceitos tão antagônicos?. IN: Melo Souza, E. M. de; Chaquime, L. P. e Lima, P. G. de. Teoria e prática nas Ciências Sociais. Araraquara: UNESP/FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2003.